

## **ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA**

### **REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO**

Linhas orientadoras da revisão curricular

#### **Parecer da Associação de Professores de Geografia**

##### **1. Reflexão sobre as Grandes Linhas Orientadoras**

Neste documento apontam-se várias linhas orientadoras, acerca das quais a Direcção da Associação de Professores de Geografia exprime as seguintes opiniões:

###### **1.1. Aumento da qualidade das aprendizagens**

Concordância plena com este princípio, que se deve fundamentar numa visão organizacional inovadora da escola, enquanto unidade dinâmica de decisão face aos desafios que se colocam à sociedade actual, às mais diversas escalas (mundial, europeia, nacional e local). Assim, enquanto organização, a escola deve alicerçar a sua acção no fortalecimento da formação contínua dos professores e de outros elementos da comunidade educativa e no fomento de parcerias com o meio local/regional em geral e o mundo empresarial em particular, de forma a preparar os jovens para enfrentarem, com qualificação, os desafios que se lhes colocam no mundo do trabalho e na sociedade de hoje.

###### **1.2 Combate ao insucesso e abandono escolares**

A Direcção da Associação de Professores de Geografia também manifesta a sua preocupação no que diz respeito ao elevado insucesso e abandono escolar, concordando que urge tomar medidas que para os eliminar. Estas medidas podem ser de remediação e preventivas. Neste sentido, é fundamental uma implementação eficaz do ensino pré-escolar e a existência de equipas pluridisciplinares (docentes, psicólogos, pedopsiquiatras e assistentes sociais) que, num determinado território educativo, possam actuar, de forma a ajudar os jovens a encontrar os melhores

caminhos de formação que os preparem e qualifiquem para a inserção na sociedade e no mundo do trabalho, o que implica também uma diversidade de oferta educativa, mas acautelando sempre o princípio anterior da qualidade das aprendizagens.

### **1.3. Desafios da sociedade da informação e do conhecimento**

A Geografia, pelo seu carácter específico de ciência vocacionada para compreender o presente e a partir do conhecimento dessa realidade, ser capaz de traçar cenários de futuro, juntamente com outras disciplinas, utilizando como instrumento de análise preferencial o mapa que, apesar de ter vindo a sofrer profundas alterações tecnológicas desde a antiguidade até aos nossos dias, permanece como uma forma de modelação da realidade, ensina-nos a importância de educar os jovens para serem capazes de responder às mudanças tecnológicas e aos desafios da sociedade de informação e do conhecimento.

### **1.4. Articulação progressiva entre as políticas de educação e da formação e plena integração das políticas de educação e formação vocacional**

Na nossa perspectiva, é necessário, tal como o documento aponta, uma melhor articulação entre as políticas educativas e de formação, na medida em que na sociedade actual encontramos uma enorme diversidade de situações. Neste sentido, devemos entender cada indivíduo como um ser capaz de aprender e capaz de adquirir competências que lhe permitam, ao longo da sua carreira profissional, enfrentar a mudança e a inovação e definir um projecto de desenvolvimento pessoal, num mundo onde um perfil de empregabilidade se torna progressivamente mais importante do que uma formação rígida.

### **1.5. Reforço da autonomia das escolas**

Dos princípios anteriormente enunciados advém a premência de uma escola com autonomia, no sentido de, justamente, poder responder, de forma flexível e eficaz, à diversidade de públicos e de desafios que se lhe deparam.

### **1.6. O aumento da escolaridade obrigatória até aos 12 anos**

Embora concordando com esta meta, considerando o elevado grau de abandono escolar antes do final da educação básica (9º ano escolar), parece-nos prioritário tornar efectiva uma escolaridade básica de nove anos. De outra forma correremos o risco de ampliar ainda mais o problema do insucesso e abandono escolar.

Contudo, concordamos que se torna imprescindível rever a Lei de Bases do Sistema Educativo, organizando, em torno deste documento fundamental para a

Educação em Portugal, uma reflexão aprofundada que permita a sua maior adequação aos desafios que a sociedade portuguesa de hoje enfrenta. A sua inclusão a posteriori - e sem a fundamentação adequada - no documento de Revisão do Ensino Secundário, não permite, em nossa opinião, que essa reflexão seja feita.

### **1.7. A reorganização dos grandes ciclos de escolaridade**

A Direcção da Associação de Professores de Geografia considera prematura uma tomada de posição sobre esta matéria que reconhecemos merecer uma reflexão aprofundada. Por isso, e porque no debate interno que realizámos verificámos existirem vantagens e inconvenientes quer nesta proposta quer na actual estrutura curricular, consideramos ser necessário uma fundamentação mais aprofundada que contextualize melhor a reorganização dos grandes ciclos de escolaridade proposta. Contudo, estamos plenamente de acordo que é importante melhorar a articulação entre o 3º ciclo e o ensino secundário.

Parece-nos essencial uma abordagem mais aprofundada desta questão, nomeadamente no campo do reforço da orientação vocacional e das ofertas formativas.

## **2. Linhas Orientadores e Matrizes Curriculares**

### **2.1. Aspectos positivos da actual proposta:**

- **Unidades lectivas de 90 minutos;**
- **Melhor distribuição das cargas lectivas;**
- **“Aumento da oferta de disciplinas no domínio das TIC (Aplicações Informáticas)”**, nomeadamente em domínios como a pesquisa na Internet de informação, a gestão de bases de dados, a gestão e manutenção de redes, o webdesign, a concepção e execução de projectos multimédia;
- **“Introdução do Estágio nos cursos tecnológicos** de forma a promover a familiarização dos alunos com o ambiente de trabalho das empresas e instituições, bem como a potenciar o Projecto Tecnológico que deverá ser concretizado na confluência dos contributos escolares e do ambiente de trabalho, sem sacrifício da componente de formação geral”. Consideramos fundamental que esta medida seja acompanhada de uma política de incentivos às empresas;
- **Diminuição do número de cursos**, tanto nos científico-humanísticos como nos tecnológicos;
- Congratulamo-nos com a **inclusão**, nesta proposta, **do Curso Tecnológico de Ordenamento e Ambiente**, tendo em conta a importância que esta formação tem para o desenvolvimento sustentável da sociedade e econo-

mia portuguesas. Contudo, lamentamos que o **Curso Tecnológico de Turismo não conste** desta proposta, atendendo à importância deste sector, em vastas áreas do território nacional;

- **“Redução e melhor distribuição da carga de exames pelo 11.º e 12.º anos**, limitando-a às disciplinas fundamentais, mas permitindo combinações múltiplas em função das exigências do acesso ao ensino superior”.
- **Dispensabilidade das provas globais;**
- **Criação da disciplina de Área de Projecto, leccionada por dois professores**, nos cursos científico-humanísticos e do **Projecto Tecnológico** nos cursos tecnológicos.

## 2.2. Aspectos a reformular:

### 2.2.1. *No domínio da formação geral, na área de projecto e na formação pessoal e social*

- Atendendo ao facto de vir a existir uma disciplina de TIC no 9º ano, que deverá proporcionar uma formação básica neste domínio, sugerimos que **a disciplina de TIC no ensino secundário, nos Cursos Científico-Humanísticos seja integrada na Área de Projecto e, nos Cursos Tecnológicos, na componente de formação tecnológica**. Tal como já referimos anteriormente, a aprendizagem das TIC deve ser feita de forma contextualizada e não de forma isolada. A sua inclusão numa disciplina própria, pode originar um funcionamento desarticulado de conteúdos, em que as técnicas a ensinar/aprender não sejam suportados por exemplos contextualizados;
- **A disciplina de Área de Projecto deverá estar presente na matriz curricular dos 10º, 11º e 12º anos, fazendo-se a distribuição da carga horária da seguinte forma: 3h+3h+3h. No 10º ano, um dos dois professores da Área de Projecto terá que ter competências que assegurem a todos os alunos, no final do ano, a literacia indispensável em TIC** que os habilite ao desenvolvimento de projectos de 11º e 12º anos com aplicação informática. Esta nossa sugestão baseia-se em dois factos: por um lado, a aquisição de competências no uso e exploração de *software* só se consegue em situações de aplicação prática, enquadrada no âmbito de diversas disciplinas e situações de aprendizagem; por outro lado, a aquisição de competências na concepção, execução e divulgação de projectos é, na sociedade actual, um imperativo, pelo que consideramos que o número de horas que se atribui a esta componente disciplinar e o seu posicionamento na matriz é insuficiente e interrompe a sequência que vem do 3º ciclo;

- Quanto à **componente de formação pessoal e social**, deverá ser, no nosso entender, **uma área transversal inserida no contexto de todas as disciplinas**, tendo um carácter muito mais lato do que a Educação Moral e Religiosa, pelo que esta deverá aparecer, na matriz, como uma opção em horário extra e não como a disciplina desta componente de formação.

### 2.2.2. *No domínio da formação específica*

A Geografia é uma disciplina cujo objecto é a interacção sócio/económico/histórico/.../ em contextos espaciais quer físicos quer culturais, sendo que estes contextos espaciais são variáveis do lugar ao Mundo, passando pela região, o país ou o continente, ou mesmo por um espaço descontínuo.

A Geografia é uma ciência que se debruça sobre o(s) território(s). Este é perspectivado como uma constante dialéctica entre o que é físico, o que é social, o que é endógeno, o que depende das políticas dos centros de poder longínquos.

Atendendo a estas características, a Geografia desenvolve nos alunos algumas competências fundamentais:

- a agilidade de raciocínio, tendo em conta a necessidade de constantes mudanças de escala. Por um lado, os elementos que interagem num espaço fazem parte de contextos territoriais diversificados, por outro, se a descrição dum fenómeno se passa a uma escala, e sua explicação está noutra;
- uma linguagem diversificada e de rigor, pela necessidade de abranger as ciências da Terra e as ciências económicas/ sociais;
- uma análise sistémica, pois num território o físico e o social interagem;
- uma visão prospectiva que parte da análise do presente mas não pode desligar-se da herança histórica tão determinante das configurações espaciais actuais e que teimam em amarrar o futuro, para traçar cenários de futuro, tendo como horizonte o ordenamento do espaço no sentido do seu desenvolvimento sustentado.

Num mundo cada vez mais interdependente, globalizado mas simultaneamente com tantos espaços esquecidos da mundialização, a Geografia assume-se como a disciplina que melhor resposta dá à compreensão das novas realidades em termos de novas configurações temáticas e hegemonias.

Vários cursos superiores, embora sendo de formação técnica, têm a Geografia como disciplina obrigatória, como por exemplo os de Arquitectura, de Engenharia do Território e do Ambiente, de Planeamento e Ordenamento do Território.

A formação geográfica é fundamental, por exemplo, para uma concepção e utilização correcta e completa dos Sistemas de Informação Geográfica, que constituem, actualmente, uma técnica imprescindível à gestão, quer territorial quer empresarial.

Por outro lado, mesmo num curso de Línguas e Literatura, a Geografia é fundamental para contextualizar espacialmente qualquer cultura ou narrativa.

Face a estes considerandos apresentamos como sugestão:

- **A obrigatoriedade da disciplina de Geografia nos Cursos de Ciências Sociais e Humanas e Sócio-Económicas (Geografia A e C)** – a dimensão espacial é tão importante quanto a dimensão temporal para a compreensão da sociedade e da relação desta com a natureza. A dimensão temporal não pode ser compreendida sem a dimensão espacial e esta sem aquela;
- **A oferta da disciplina de Geografia C (ou D) em todos os outros Cursos Científico-Humanísticos, como disciplina de opção no 12º ano** (Cursos de Ciências e Tecnologias, Línguas e Literaturas, Artes).

Ainda no que diz respeito à formação específica sugerimos:

- **A inclusão de disciplinas de oferta própria de escola**, atendendo à existência de contextos sócio-espaciais e económicos muito diferenciados, desde que os respectivos programas sejam muito bem fundamentados e obtenham pareceres positivos por parte dos diversos parceiros sócio-educativos.

### 2.3. Outros aspectos

Não encontramos, neste documento, uma fundamentação para as opções feitas em termos de disciplinas propostas para realização de exame ao nível nacional.

Seria desejável que este documento enunciasse quais as concepções sobre a articulação entre o ensino secundário e o superior. Nomeadamente no que diz respeito ao sistema de ingresso no ensino superior.

No âmbito de uma reflexão mais aprofundada sobre o sistema educativo português e tendo como horizonte a alteração da L.B.S.E., consideramos pertinente o debate sobre a inclusão da Matemática na formação geral de todos os alunos do ensino secundário, se bem que com programas distintos, conforme os cursos.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003

A Direcção da Associação de Professores de Geografia